



MENSAGEM Nº 06, DE 1º DE AGOSTO DE 2024.

Senhor Presidente,

Submeto à consideração da augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os requisitos constitucionais e legais que disciplinam o processo legislativo, o anexo Projeto de Lei que **“ALTERA A LEI Nº 14.786, DE 13 DE AGOSTO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO QUADRO III – PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, E A LEI Nº 16.208, DE 3 DE ABRIL DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER JUDICIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A proposição objetiva atualizar o modelo de progressão e promoção nas carreiras dos servidores do Poder Judiciário Estadual, com o intuito de incentivá-los a buscar a capacitação contínua. Pretende-se, ademais, que as alterações resultem num plano de cargos com impacto abrangente sobre um maior número de servidores, ao mesmo tempo em que assegure maior responsabilidade orçamentária.

Dentre as novas disposições constantes do presente projeto, merecem destaque as seguintes:

1. Criação de uma nova classe para as carreiras dos níveis fundamental e médio, compostas, respectivamente, por 8 (oito) e 4 (quatro) referências, com o intuito de estimular o desempenho e a capacitação de servidores que se encontram estagnados no final da carreira;
2. Estabelecimento da possibilidade de progressão para todos os servidores, desde que alcancem critérios de merecimento estabelecidos pelo Tribunal de Justiça;
3. Atualização dos percentuais do Adicional de Especialização, de acordo com a titulação adquirida (especialização, mestrado e doutorado), fomentando a pesquisa acadêmica em benefício da Administração Pública e promovendo o contínuo desenvolvimento e aprendizado dos servidores;
4. Atualização do auxílio-funeral;

5. Adoção da possibilidade de conversão em pecúnia de 1/3 das férias e de auxílio pré-escolar, sujeitos à disponibilidade orçamentária do Poder Judiciário.

Destaca-se que, com a criação de uma nova classe, aproximadamente 1.260 (um mil duzentos e sessenta) servidores, dos níveis fundamental e médio, atualmente no final de suas carreiras, poderão voltar a progredir, estimulando-os, assim, a buscar novas capacitações e a se dedicarem mais ainda ao exercício de seu mister.

Importa mencionar, também, que a diferença no percentual atribuído à progressão dos servidores da carreira de nível fundamental enseja um tratamento mais equânime àquele dado aos das demais carreiras, possibilitando que, na última referência, alcancem vencimento de valor proporcional ao último da carreira de nível médio, que se aproxima bastante do observado para esta em relação à de nível superior.

Acaso aprovado, o projeto possibilitará, ainda, aprimorar os mecanismos de gestão contratual do Poder Judiciário, mediante ampliação das hipóteses de concessão da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico - GTR, de modo a contemplar o desempenho do encargo de Agente de Contratação.

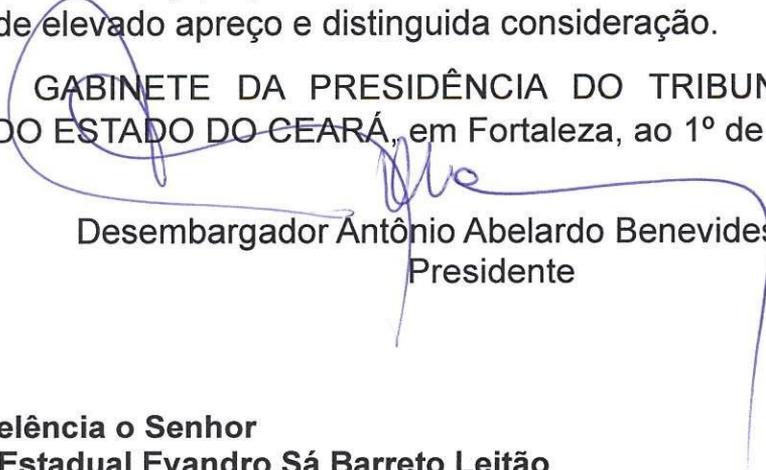
Destaco que para a implementação do presente projeto de lei, o ônus será integralmente suportado pelo orçamento do Poder Judiciário cearense, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual de 2024.

Registro, por fim, que a proposição foi submetida ao Plenário deste Tribunal, que decidiu, por maioria, em sessão realizada no dia 1º de agosto de 2024, pelo seu encaminhamento à Assembleia Legislativa para apreciação e eventual aprovação.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar valiosa colaboração no seu encaminhamento, em regime de urgência.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos eminentes Pares, protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, ao 1º de agosto de 2024.


Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual Evandro Sá Barreto Leitão
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Fortaleza – Ceará

PROJETO DE LEI



ALTERA A LEI Nº 14.786, DE 13 DE AGOSTO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO QUADRO III – PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, E A LEI Nº 16.208, DE 3 DE ABRIL DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER JUDICIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 9º As Carreiras de que tratam os incisos I, II e III, do art. 4º, desta Lei, estão estruturadas em Classes, desdobradas em Referências, na forma a seguir:

I - a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário de Nível Superior - SPJ/NS está estruturada em 4 (quatro) Classes, desdobradas em Referências, sendo 4 (quatro) na Classe A, 5 (cinco) na Classe B, 6 (seis) na Classe C e 8 (oito) na Classe D, conforme consta do Anexo IV;

II - a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário de Nível Médio - SPJ/NM está estruturada em 5 (cinco) Classes, desdobradas em Referências, sendo 4 (quatro) na Classe A, 5 (cinco) na Classe B, 6 (seis) na Classe C, 8 (oito) na Classe D e 4 (quatro) na Classe E, conforme consta do Anexo IV; e

III - a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário de Nível Fundamental - SPJ/NF está estruturada em 5 (cinco) Classes, desdobradas em Referências, sendo 4 (quatro) na Classe A, 5 (cinco) na Classe B, 6 (seis) na Classe C, 8 (oito) na Classe D e 8 (oito) na Classe E, conforme consta do Anexo IV.

§ 1º Os perfis de competências correspondentes às Classes das Carreiras serão instituídos por ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



§ 2º O incremento remuneratório sobre o vencimento-base, a partir da promoção do servidor para classe E, e entre as referências da citada Classe, passa a ser de:

I - 3,6% (três vírgula seis por cento) para os cargos da Carreira dos servidores do Poder Judiciário de Nível Médio - SPJ/NM; e

II - 7,2% (sete vírgula dois por cento) para os cargos da Carreira dos servidores do Poder Judiciário de Nível Fundamental - SPJ/NF.” (NR)

“Art. 19. O Adicional de Especialização – AE, incidirá, exclusivamente, sobre o vencimento-base do servidor, da seguinte forma:

I - 20% (vinte por cento), em se tratando de título de Doutor;

II - 14% (quatorze por cento), em se tratando de título de Mestre;

III - 10% (dez por cento), em se tratando de mais de 1 (um) Certificado de Especialização; e

IV - 7,5% (sete vírgula cinco por cento), em se tratando de 1 (um) Certificado de Especialização.”

§ 1º Em nenhuma hipótese, o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV no caput deste artigo.

§ 2º O Adicional de Especialização será devido a partir da data de seu requerimento, acompanhado da apresentação do título ou certificado.

§ 3º Para fins de percepção do Adicional de Especialização, os títulos ou certificados deverão, obrigatoriamente, estar abrangidos por áreas de interesse do Tribunal de Justiça, fixadas por meio de Resolução.” (NR)

“Art. 27. A progressão e a promoção funcional dar-se-ão:

I - por merecimento, observado o interstício de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; e

II - por antiguidade, observado o interstício de 1.095 (um mil e noventa e cinco dias), na forma desta Lei.

§ 1º O número de servidores a serem alcançados pela progressão ou promoção poderá corresponder ao total dos ocupantes de cargos em

cada uma das respectivas Referências ou Classes, tendo em vista os critérios de merecimento e antiguidade.



§ 2º Ficam vedadas a progressão ou promoção de servidor que:

I - tenha sido punido disciplinarmente nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

II - não esteja no exercício das atribuições próprias do cargo por período igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do período avaliado;

III - nos casos de antiguidade, registrar avaliação anual de desempenho insatisfatória, conforme normativo a ser editado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

IV - se encontre em estágio probatório.” (NR)

“Art. 28. A progressão ou a promoção por merecimento ocorrerão a cada ano de efetivo exercício no cargo, de acordo com o interstício fixado nesta Lei, e desde que atendidos os critérios previamente estabelecidos.

Parágrafo único. Os critérios da avaliação por merecimento serão fixados em resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e deverão contemplar, dentre outros, a carga horária mínima de participação em cursos de aperfeiçoamento, as competências exigidas para a função ocupada e a produtividade do servidor.” (NR)

“Art. 29. A progressão ou a promoção por antiguidade ocorrerão a cada 1095 (um mil e noventa e cinco) dias de efetivo exercício no cargo, quando o servidor não houver obtido progressão ou promoção por merecimento.

Parágrafo único. Fica vedada a consecutividade de progressões ou promoções por antiguidade, devendo ser intercaladas com pelo menos uma por merecimento.” (NR)

“Art. 41-A. Fica autorizado o Tribunal de Justiça, por seu Órgão Especial, a instituir Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização do Servidor - PPA - com objetivo de:

I - colaborar com o processo de transição para a aposentadoria; e

II - contribuir para a vivência de aposentadoria saudável e sustentável.” (NR)

Art. 2º Admite-se aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante requerimento, a conversão de até 1/3 (um terço) dos dias de férias em abono pecuniário, conforme ato da Presidência, condicionada à prévia disponibilidade orçamentária.

Art. 3º Será concedido auxílio-funeral correspondente a 1 (um) mês do vencimento-base do cargo de Analista Judiciário, da última referência da Classe D, na data do óbito, à família do servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, falecido em atividade ou aposentado.

Parágrafo único. Quando não houver pessoa da família do servidor no local do falecimento, o auxílio-funeral será pago a quem promover o enterro, mediante comprovação de despesas.

Art. 4º Será instituído o auxílio pré-escolar para os(as) servidores(as) em efetivo exercício no Poder Judiciário do Estado do Ceará, tendo por objetivo subsidiar o custeio dos serviços em atendimento com dependentes em berçário, maternal ou assemelhado e pré-escola, nos termos a serem definidos por resolução do Tribunal de Justiça, observada a prévia disponibilidade orçamentária.

Art. 5º O servidor efetivo ou exclusivamente comissionado poderá assumir, cumulativamente, o exercício do cargo público de provimento em comissão nos casos de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular, ou, ainda, de vacância, por designação da Presidência ou, no caso da Comarca de Fortaleza, por ato da Diretoria do Fórum.

§ 1º Em caso de substituição por período igual ou superior a 10 (dez) dias, o substituto fará jus à gratificação de representação pelo exercício do cargo público de provimento em comissão para o qual designado, ou, sendo o caso, à respectiva diferença, a serem pagas proporcionalmente.

§ 2º Nos casos de substituição por menos de 10 (dez) dias, o período poderá ser acumulado até que se atinja o mínimo exigido para a solicitação da retribuição financeira.

Art. 6º Para fins de concessão do Adicional de Especialização - AE, de que trata o art. 19, da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, será observado o seguinte:

I - para fins de percepção do AE com fundamento em títulos de Doutor ou Mestre, serão considerados os cursos concluídos em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que obtidos após o ingresso no serviço público;

II - para fins de percepção do AE com fundamento em certificados de Especialização, serão considerados os cursos concluídos nos 5 (cinco) anos

anteriores à entrada em vigor desta Lei, desde que após o ingresso em cargo da estrutura do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Parágrafo único. Os parâmetros fixados nos incisos I e II, do caput, não serão utilizados para fins de eventual invalidação de atos concessivos, mas apenas para fins de exame de novos requerimentos, formulados a partir da entrada em vigor desta Lei.



Art. 7º O art. 62, da Lei Estadual nº 16.208, de 3 de abril de 2017, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário, fica acrescido de inciso V, com a seguinte redação:

“Art. 62.

V - seja designado, mediante ato da Presidência, para exercer a função de Agente de Contratação (Gestor de Contrato, Fiscal de contrato ou Pregoeiro).”

Art. 8º O Anexo IV, da Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV DA LEI Nº 16.208, DE 3 DE ABRIL DE 2017

GRATIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Grupo de Descongestionamento	50	R\$ 900,00	R\$ 45.000,00
Participação em Comissão	50	R\$ 900,00	R\$ 45.000,00
Participação em Comissão – Presidente	5	R\$ 1.200,00	R\$ 6.000,00
Participação como Presidente da Comissão Permanente de Contratação	2	R\$ 2.950,00	R\$ 5.900,00
Participação como Presidente da Comissão Permanente de Ética e Disciplina	1	R\$ 2.950,00	R\$ 2.950,00
Gerente de Projeto Estratégico	36	R\$ 900,00	R\$ 32.400,00
Coordenador de Monitoramento e Avaliação (M&A)	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
Agente de Contratação I	40	R\$ 2.000,00	R\$ 80.000,00
Agente de Contratação II	60	R\$ 1.500,00	R\$ 90.000,00
TOTAL DE GTRs	248	-	R\$ 313.250,00



Art. 9º O Anexo IV, da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, e o Anexo III, da Lei nº 18.714, de 10 de abril de 2024, passam a vigorar na forma do Anexo Único, desta Lei.

Art. 10. Fica renomeada como Classe D, a Classe Especial existente até a data da entrada em vigor desta Lei, preservando-se os enquadramentos atuais de seus ocupantes.

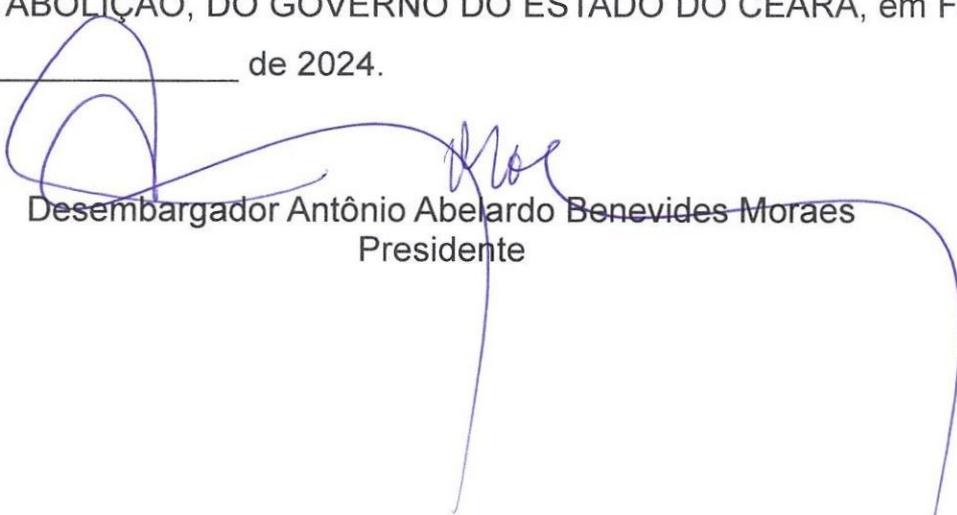
Art. 11. A partir da entrada em vigor desta Lei, as progressões e as promoções a que se refere o artigo 27, da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, serão efetivadas anualmente, sendo o primeiro interstício contado a partir de 1º de junho de 2024, e ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira do Poder Judiciário.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,
aos ____ de _____ de 2024.


Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 9º DA LEI Nº _____, DE ___ DE
DE _____

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS
40 (QUARENTA) HORAS



CARREIRA SPJNS			CARREIRA SPJNM			CARREIRA SPJNF		
Class e	Referênci a	Venciment o	Classe	Referên cia	Venciment o	Clas se	Referênci a	Vencimento
A	1	7.945,57	A	1	4.842,77	A	1	2.411,24
	2	8.231,61		2	5.041,32		2	2.510,10
	3	8.527,95		3	5.248,02		3	2.613,01
	4	8.834,95		4	5.463,19		4	2.720,15
B	1	9.153,01	B	1	5.687,18	B	1	2.831,67
	2	9.482,52		2	5.920,35		2	2.947,77
	3	9.823,89		3	6.163,09		3	3.068,63
	4	10.177,55		4	6.415,77		4	3.194,45
	5	10.543,94		5	6.678,82		5	3.325,42
C	1	10.923,53	C	1	6.952,65	C	1	3.461,76
	2	11.316,77		2	7.237,71		2	3.603,69
	3	11.724,18		3	7.534,46		3	3.751,44
	4	12.146,25		4	7.843,37		4	3.905,25
	5	12.583,51		5	8.164,95		5	4.065,37
	6	13.036,52		6	8.499,71		6	4.232,05
D	1	13.505,83	D	1	8.848,20	D	1	4.405,56
	2	13.992,04		2	9.210,97		2	4.586,19
	3	14.495,76		3	9.588,62		3	4.774,22
	4	15.017,60		4	9.981,76		4	4.969,97
	5	15.558,24		5	10.391,01		5	5.173,74
	6	16.118,33		6	10.817,04		6	5.385,86
	7	16.698,59		7	11.260,54		7	5.606,68
	8	17.299,74		8	11.722,22		8	5.836,55
			E	1	12.144,22	E	1	6.256,79
				2	12.581,41		2	6.707,27
				3	13.034,34		3	7.190,20
				4	13.503,58		4	7.707,89
							5	8.262,86
							6	8.857,79
							7	9.495,55
							8	10.179,23



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



Informação nº 14-2024/CPOR/SEPLAG

Assunto: Repercussão financeira decorrente de alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração de Servidores do Quadro III do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PCCR)

Tabela 1. Impacto orçamentário-financeiro do PCCR

ITEM	GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
PCCR	31-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.770.556,18	R\$ 19.162.723,31
	33-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	R\$ 19.865.224,86
TOTAL		R\$ 3.770.556,18	R\$ 39.027.948,17

Nota: * Impacto calculado para 2024 e 2025 com base na folha de junho/2024.

** Impacto calculado para 2024 considerando implantação em folha a partir de setembro/2024.

Fortaleza, 01 de agosto de 2024.

MARIA RAFAELA DE OLIVEIRA
FREITAS:02691082385

Assinado de forma digital por
MARIA RAFAELA DE OLIVEIRA
FREITAS:02691082385
Dados: 2024.08.01 19:06:00
-03'00'

Maria Rafaela de Oliveira Freitas

Coordenadora de Planejamento Orçamentário

RAFAELLA
LOPES
FERREIRA:8883
4557387

Assinado de forma
digital por RAFAELLA
LOPES
FERREIRA:88834557387
Dados: 2024.08.01
19:09:02 -03'00'

Rafaella Lopes Ferreira

Secretária de Planejamento e Gestão

